

A ‘Europa Connosco’: os trabalhistas ingleses e o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias *

António Simões do Paço **

Resumo. Em 28 de março de 1977, Portugal apresentava formalmente o seu pedido de adesão às Comunidades Europeias. O pedido é apresentado por Mário Soares, então primeiro-ministro do I Governo Constitucional (1976-78). O Reino Unido, onde os trabalhistas estavam no poder desde 1974 – e estariam até 1979, primeiro com Harold Wilson (1974-76) e depois com James Callaghan (1976-1979) – foi escolhido para «apadrinhar» o pedido português, aproveitando também o facto de este país assumir a presidência rotativa das Comunidades no primeiro semestre de 1977. A decisão europeia de aceitar encetar nessa altura o processo de adesão de Portugal era eminentemente política e tinha a ver com a necessidade de consolidar o regime nascido do encerramento do período revolucionário em 25 de novembro de 1975 e das eleições parlamentares de 25 de abril de 1976, não perdendo de vista (com um olho muito atento) o curso dos acontecimentos em Espanha, após a morte de Franco. Porém, a agenda económica esteve sempre presente, com o Reino Unido e a RFA a terem de empenhar-se em demover os mais cépticos em relação à integração de Portugal, capitaneados nessa altura pela França de Giscard d’Estaing.

Palavras-chave: Portugal; Reino Unido; Trabalhistas; Comunidades Europeias.

‘Europa connosco’: British Labor Party members and Portugal’s adhesion request to the European Communities

Abstract. On March 28, 1977 Portugal, through Mário Soares, the then prime minister of the first Constitutional Government (1976-1978), made its formal adhesion request to the European Communities. The United Kingdom, with its Labor government from 1974 to 1979, headed by Harold Wilson (1974-1976) and John Callaghan (1976-1979), was chosen to support the Portuguese request. Coincidentally, the UK had the presidency of the EU in the first part of 1979. The European decision to accept Portugal’s request was highly political

* Artigo recebido em 03/02/2012. Aprovado em 12/03/2012.

** Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, Portugal. E-mail: antonio_paco2003@yahoo.co.uk

and was due to the need to consolidate the regime which came about after the revolutionary period on the 25th November 1975 and the Parliament elections of the 25th April 1976, without discarding events in Spain after Franco's death. The Portuguese economy, however, was a forefront issue and the UK and Western Germany had to vanquish the most skeptic critics, headed by France under Giscard d'Estaing, against the integration of Portugal.

Keywords: Portugal; United Kingdom; Labor Party; European Communities.

“Europa con nosotros”: los laboristas ingleses y el pedido de adhesión de Portugal a las Comunidades Europeas

Resumen. El 28 de marzo de 1977, Portugal presentó formalmente su pedido de adhesión a las Comunidades Europeas. El pedido fue presentado por el entonces Primer Ministro del I Gobierno Constitucional (1976-1978), Mário Soares. El Reino Unido, gobernado por los laboristas desde 1974, y que permanecerían en el poder hasta 1979, primero con Harold Wilson (1974-1976) y después con James Callaghan ((1976-1979), fue elegido para “patrocinar” el pedido portugués, aprovechando el hecho de que este país asumiría la presidencia rotativa de las Comunidades a partir del primer semestre de 1977. La decisión europea de aceptar el proceso de adhesión de Portugal, a esa altura, era eminentemente política y estaba vinculada a la necesidad de consolidar el régimen nacido del fin del período revolucionario, después del 25 de noviembre de 1975 y de las elecciones parlamentarias del 25 de abril de 1976, sin perder de vista lo que ocurría en la España post Franco. Sin embargo, la agenda económica siempre estuvo presente, con el Reino Unido y la RFA empeñándose en disuadir a los más escépticos en relación a la integración de Portugal, capitaneados por la Francia de Giscard d'Estaing.

Palabras clave: Portugal; Reino Unido; Laboristas; Comunidades Europeas.

Em abril de 1973, Mário Soares era um dos 27 elementos da ASP, Acção Socialista Portuguesa, reunidos numa instalação da Fundação Friedrich Ebert em Bad Münstereifel, na então RFA, para fundar o Partido Socialista português. Tinha 48 anos¹, fora preso pela PIDE 12 vezes, num total de quase

¹ Nasceu em 7 de dezembro de 1924.

três anos, e estava exilado desde 1970. Na mesma altura, James Callaghan, então com 61 anos², era o ministro-sombra dos Negócios Estrangeiros do Partido Trabalhista britânico na oposição.

Um ano mais tarde, ambos eram ministros dos Negócios Estrangeiros dos respectivos países. Soares no I Governo Provisório formado após a queda da ditadura em 25 de abril de 1974, Callaghan no governo presidido por Harold Wilson após a vitória dos trabalhistas nas eleições de fevereiro desse mesmo ano.

Enquanto durara a ditadura em Portugal, nunca nos objectivos de política externa dos socialistas portugueses, nem dos sociais-democratas e trabalhistas europeus, figurara o objectivo da integração de Portugal nas Comunidades Europeias. A Declaração de Princípios do PS aprovada em 19 de abril de 1973 em Bad Münstereifel defendia como objectivo principal do novo partido a «construção do poder dos trabalhadores, no quadro da colectivização dos meios de produção e distribuição e do planeamento económico com pluralidade de iniciativas», definindo um vasto programa de nacionalizações que reduzia o sector privado aos «domínios não decisivos no processo de desenvolvimento económico» e demarcando-se até «daqueles movimentos que, dizendo-se social-democratas ou até socialistas, acabam por conservar deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo» (CANAS, 2005, p. 4). Todos objectivos muito pouco compatíveis com a integração nas CE, que eram essencialmente, como se lhes chamava em Portugal e no Reino Unido, um Mercado Comum.

Do lado da CE a integração de Portugal ou de outros regimes não-democráticos (como Espanha ou a Grécia após o golpe dos coronéis de 1967) estava excluída desde a aprovação do Relatório Birkelbach de 1962 (SASSOON, 2010, p. 604; SABLOSKY, 1996, p. 1010).

² Nasceu em 27 de março de 1912.

A integração na CE, que a entrada na organização, em 1973, do Reino Unido – um sócio comercial decisivo e o parceiro mais poderoso de Portugal na EFTA – tornara quase ‘obrigatória’, passaria finalmente a ser possível após a revolução democrática desencadeada pelo golpe militar de 25 de abril de 1974. Possível, mas «longe de ser pacífica», como afirmou Medeiros Ferreira, já que «para a esquerda comunista e revolucionária, a CEE é um baluarte capitalista, ao passo que a direita autárquica a vê como uma ameaça à identidade portuguesa e à produção nacional». Além disso, muitos setores industriais e agrários consideram que a economia portuguesa não tem condições para concorrer com as da CEE e, por isso, preferem um acordo de comércio livre semelhante ao negociado por Marcello Caetano (FERREIRA, 1993, p. 148). Também do lado da ‘Europa’, ou seja, dos nove países que então compunham a Comunidades Europeias, muitos achavam o mesmo: a economia portuguesa não tinha condições para se integrar na CEE. Daí que só por considerações políticas muito fortes poderia Portugal aspirar a entrar nesse clube restrito de países ricos. Como disse David Owen, então ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, «as implicações políticas foram plenamente assumidas; se não fosse assim, ninguém teria sonhado em ter Portugal na Comunidade».³ Ou visto de cá, nas palavras de Ernâni Lopes, «era pouco mais do que, do lado português, ‘queremos aderir’ e, do lado comunitário, ‘lá teremos que os integrar’» (LOPES, 2010, p. 27). O objecto deste trabalho é analisar que implicações políticas foram essas e como permitiram que em 28 de março de 1978 Portugal pudesse formalizar o seu pedido de adesão às Comunidades Europeias.

³ The National Archives of the UK: Public Record Office. FCO 98/239. Record of a discussion between the Foreign and Commonwealth Secretary and the United States Secretary of State in the State Department on Friday, 10 March [1977] at 2.30 p.m.

Nós e a Europa

Após o golpe militar de 25 de abril de 1974, que derrubou o regime do Estado Novo – dirigido por Salazar até 1968 e por Marcelo Caetano a partir daí –, iniciou-se um processo revolucionário naquilo que até abril de 1974 era denominado Portugal Continental, ou metrópole, e as antigas colónias portuguesas na África⁴ acederam, no espaço de 14 meses, entre setembro de 1974 e novembro de 1975, à independência⁵.

Encerrado o ciclo do império, abriu-se na sociedade portuguesa, ou pelo menos entre as suas elites políticas⁶, um debate sobre que projeto mobilizador propor ao País. O 'projecto europeu', que se materializava na pretensão de integrar tão cedo quanto possível as Comunidades Europeias, foi o adaptado pelos dois partidos mais votados nas primeiras eleições legislativas – o PS e o Partido Popular Democrático (PPD) – em 25 de abril de 1976. Juntos, estes dois partidos representavam quase 60% dos votos⁷ e 68,4% dos lugares na Assembleia eleita. Os partidos com representação parlamentar que tinham reticências ou se opunham abertamente (CDS, PCP e UDP⁸) tinham menos de 32% dos lugares.

Integrada na campanha do PS para as eleições legislativas, a 13 e 14 de março de 1976 decorre no Porto a cimeira 'Europa Connosco'. Uma série de

⁴ Rebaptizadas, na revisão constitucional de 1951, de «provincias ultramarinas». Cf António Duarte Silva (2007).

⁵ Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau em 10 de Setembro de 1974. A independência de Moçambique teve lugar em 25 de junho de 1975, a de Cabo Verde em 5 de julho de 1975, a de São Tomé e Príncipe em 12 de julho de 1975, a de Angola em 11 de novembro de 1975.

⁶ Uso aqui o conceito de elites políticas como equivalente de grupo dirigente dos diversos partidos políticos. E refiro-me apenas às elites políticas por ser facilmente verificável, através dos seus programas, declarações e atitudes, quais eram as suas opiniões – ao contrário das dificuldades que temos para aferir as opiniões dos grupos sociais que estas dirigiam.

⁷ 59,24%. Fonte: Comissão Nacional de Eleições – <http://eleicoes.cne.pt/>.

⁸ Centro Democrático Social, Partido Comunista Português, União Democrática Popular.

dirigentes socialistas estrangeiros vem dar o seu apoio ao Partido Socialista e à sua opção europeia. Entre eles estão Bruno Kreisky, então primeiro-ministro da Áustria, Felipe Gonzalez, François Mitterrand, Francesco De Martino, líderes dos partidos socialistas espanhol, francês e italiano, Willy Brandt, que abandonara a chefia do Governo alemão em 1974 e era agora presidente da Internacional Socialista, Olof Palme, então primeiro-ministro da Suécia, entre outros, saúdam a luta continuada dos socialistas portugueses pela implantação da democracia pluralista em Portugal.

A opção ‘europeia’ ficaria explicitada no programa do I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares, que resultou da vitória deste partido nas eleições legislativas de 25 de abril de 1976 e tomou posse em 23 de julho. No ponto 2, sobre os princípios da política externa, considerava-se:

Com o encerramento do ciclo do império, com a subsequente redução dos interesses portugueses em África, com o fluxo migratório, com a multiplicação dos laços económicos com os países do nosso continente, com a nossa presença na EFTA, acentuou-se decisivamente a componente europeia no enquadramento da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indelével e, o que mais é, irrecusável. Urge assim encarar de frente o problema da adesão de Portugal às diferentes instituições europeias, quer no campo político, quer no campo económico e social. Pretende o governo que Portugal esteja presente no esforço comum dos países democráticos europeus na transformação política, económica, social e cultural do velho continente.

No ponto 2.2., sobre «relações multilaterais», afirmava-se:

No que se refere às Comunidades Económicas Europeia (CEE), há também que encarar a nossa adesão, embora o processo seja necessariamente mais longo e mais complexo do que o previsto para o Conselho da Europa. Todavia, é esse o caminho que importa percorrer.⁹

⁹ Programa do I Governo Constitucional. III – Objectivos e políticas do Governo G) Afirmar uma política de independência nacional e de cooperação internacional a favor da paz. 2 - Política externa. 2.2 - Relações multilaterais. In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC01/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>. Consultado: 30 maio. 2011.

Fazia-se, de seguida, um balanço da situação, apontando os passos que se seguiriam, e concluindo com um prognóstico muito optimista em relação aos ritmos da integração, que se previa irem durar três anos.¹⁰

A 'Europa Conosco' – porquê?

Se a partir destas constatações podemos provisoriamente concluir que 'Portugal' pretendia a integração europeia, importa agora saber se essa 'Europa' em que nos pretendíamos integrar nos queria. E porquê.

Margaret Thatcher conta nas suas memórias a história de um conselho europeu em Dublin, em 3 e 4 de dezembro de 1984, em que se discutia a integração de Portugal e Espanha.

As duas questões mais relevantes em relação aos termos para a entrada de Espanha e Portugal eram os vinhos e as pescas, de que ambos os países ibéricos eram fortemente dependentes. As negociações pareciam encaminhar-se para uma conclusão mutuamente satisfatória quando Mr. Papandreou, o primeiro-ministro grego, de esquerda, subitamente nos presenteou com um drama clássico, exigindo 'mais dinheiro para a Grécia', não hesitando para isso em ameaçar vetar o alargamento. Todos ficaram incomodados não apenas com o facto de a Grécia estar a querer fazer de nós reféns, nem com o tipo de táticas utilizadas, mas ainda mais com o facto de, apesar de a Grécia ter sido aceite na Comunidade

¹⁰ «(...) concluídas que estão as presentes negociações com o Mercado Comum, o governo vai assinar no próximo mês de setembro o Protocolo Adicional ao Acordo de 1972 e o Acordo Intercalar destinado a dar aplicação antecipada às matérias de natureza comercial daquele Protocolo, assim como vai assinar o Protocolo Financeiro. Um grande passo em frente será dado em relação à situação prevalecente em 25 de abril de 1974. Chegar-se-á assim ao termo de uma importante etapa no percurso da aproximação com a Europa Ocidental, mas ter-se-ão também esgotadas as virtualidades do enquadramento fornecido pelo Acordo de 1972.» Programa do I Governo Constitucional. III. 2.2. In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC01/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>. Consultado: 30 maio. 2011.

E fazia-se um prognóstico: «O processo de adesão comporta necessariamente a realização de um certo número de actos sucessivos que necessitam de ser escalonados no tempo, e cuja duração se estima, por analogia, em cerca de três anos. A intenção do Governo em acelerar a integração institucional de Portugal na CEE terá em conta não só as formalidades diplomáticas, mas também a necessária preparação interna, sobretudo por parte dos sectores económicos». In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC01/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>. Consultado: 30 maio. 2011.

precisamente para fortalecer a sua democracia restaurada, os Gregos não permitirem que a Comunidade fizesse exactamente o mesmo com as antigas ditaduras de Portugal e Espanha (THATCHER, 1993, p. 545-546).

Aquilo que Thatcher diz com tanta clareza, que a integração de Portugal, como a da Grécia ou mesmo de Espanha, nas Comunidades Europeias se fez em primeiro lugar para «fortalecer a sua democracia restaurada», é um ponto de vista partilhado noutras áreas, como podemos inferir de um artigo do então editor de política europeia do *Guardian*, John Palmer¹¹, em Novembro de 1978:

a própria volatilidade política de Portugal fornece um incentivo muito forte para que a CEE faça os possíveis para acelerar a integração do país no Mercado Comum. Porque essa integração tem sido vista na maioria das capitais da Comunidade, desde a revolução de 1974, como a melhor garantia de que a evolução política e económica de Portugal seria coerente com os interesses da Europa Ocidental. Um tema frequente dos discursos de estadistas da Comunidade Europeia tem sido o elo entre o 'destino europeu de Portugal' e as garantias de que o país seria capaz de manter uma democracia pluralista. A adesão à CEE, argumenta-se em Lisboa e é aceite pelos actuais nove Estados da Comunidade, ajudará a fortalecer as instituições parlamentares em Portugal e (isto mais *sotto voce*) assegura um grande elemento privado numa economia mista como a portuguesa (PALMER, 14 nov. 1978).

Estas opiniões são corroboradas por outros dirigentes políticos e pela documentação disponível.

James Callaghan, o dirigente trabalhista britânico que, primeiro como ministro dos Negócios Estrangeiros e depois como primeiro-ministro¹², acompanhou de perto a situação em Portugal, e afirma que a preocupação do seu país e do seu partido, o Labour, após o derrube da ditadura de Caetano, foi

¹¹ John Palmer, então editor europeu do *Guardian*, tornar-se-ia depois director do European Policy Centre, um poderoso *think tank*, fundado em 1997.

¹² James Callaghan foi ministro dos Negócios Estrangeiros (Secretary of State for Foreign and Commonwealth Affairs) entre 5 de março de 1974 e 5 de abril de 1976, no Governo trabalhista presidido por Harold Wilson, e primeiro-ministro do Reino Unido entre 5 de abril 1976 e 4 de maio de 1979.

de procurar impedir que o PCP, aliado ao MFA, se apoderasse do poder, favorecendo os «partidos democráticos» e nomeadamente o Partido Socialista:

Vários partidos democráticos durante muito tempo suprimidos começaram a aparecer e organizar-se. A política do Governo trabalhista foi de assegurar que estes grupos democráticos tinham uma boa oportunidade de apelar ao povo português sem serem disso impedidos, ou dominados pelo Partido Comunista Português.

Entre os partidos democráticos destacava-se o Partido Socialista, que o Partido Trabalhista britânico reconhecera e apoiara durante os seus anos de exílio. Mário Soares, o seu líder, era sem dúvida a figura política portuguesa mais conhecida, e apesar de exilado, era quem mais se aproximava de ser um líder nacional. Eu conhecera Soares quando ele estava na oposição e não tinha dúvidas de que embora usasse Paris como base para o seu partido no exílio, era para o Partido Trabalhista britânico que ele se virava para pedir auxílio. Logo após o golpe de estado, convidei-o a vir a Londres, naquela que foi a primeira de muitas visitas nos meses seguintes para discutirmos a ajuda de que Portugal necessitava para estabelecer uma democracia (CALLAGHAN, 1987, p. 360).

Callaghan prossegue dizendo que «usou todos os recursos à disposição do Foreign Office para apoiar a democracia portuguesa em apuros» e que até fez planos «com Soares e uma mão cheia de outros para prevenir o pior cenário, uma tentativa de golpe dos comunistas». Cita também Olof Palme, então primeiro-ministro da Suécia, que respondera aos que questionavam se aquelas ações não «constituíam uma interferência nos assuntos internos de outro país» que «era a obrigação de todos os partidos social-democratas da Europa fazer todos os esforços para que Portugal não caísse vítima quer do fascismo, quer do comunismo» (CALLAGHAN, 1987, p. 361-362).

Callaghan e Harold Wilson deslocaram-se também a Moscovo, em fevereiro de 1975, e solicitaram ao primeiro-ministro Kossiguine, «em termos fortes», em nome do Reino Unido «e de outros países europeus» que «chamasse à ordem o Partido Comunista Português», argumentando que sabiam que «a *détente* era a primeira prioridade da União Soviética e que desejavam que a Cimeira Europeia [de Helsínquia] selasse um acordo de maior cooperação entre Leste e Oeste; a União Soviética compreenderia certamente que estas

perspectivas seriam arruinadas se houvesse um golpe comunista em Portugal contra a vontade do seu povo» (CALLAGHAN, 1987, p. 362). Kossiguine teria respondido que «queria que o papel do Partido Comunista Português fosse o de um parceiro responsável dos outros partidos, e esperava que a sua participação no Governo continuasse». Wilson e Callaghan concluíram que «o Kremlin não estava à procura de nenhuma nova aventura em Portugal e considerava o sucesso da sua política de *détente* mais importante do que o sucesso do Partido Comunista Português» (CALLAGHAN, 1987, p. 363).

Em Helsínquia, em 1º de agosto de 1975, Harold Wilson insistiu, desta vez diretamente com Brejnev, em que considerava Portugal como «um teste prático à política de *détente* na Europa». E «pediu a Brejnev que usasse a sua influência para garantir que a situação de incerteza política fosse resolvida de uma forma consonante com a vontade popular». Brejnev retorquiu que «Portugal era um país independente», mas que a URSS «não enviaria armas» e «compreendia as nossas preocupações»; iria «pensar no assunto e discuti-lo com os seus colegas do Politburo quando regressasse a Moscovo». E prossegue Callaghan:

Ninguém conhece os resultados das deliberações do Politburo, mas depois de Helsínquia verificámos que a situação política em Portugal começou lentamente a melhorar, embora o mesmo não se pudesse dizer da sua situação económica. O primeiro-ministro Vasco Gonçalves, que durante algum tempo parecera exausto ou temeroso dos seus guardiães militares marxistas, foi obrigado a demitir-se. O general Ramalho Eanes foi nomeado chefe do Estado-Maior General e começou a restaurar uma aparência de disciplina militar. Em 1976 foi eleito presidente com uma clara maioria numa eleição nacional, enquanto as eleições legislativas levaram a que Mário Soares formasse o primeiro governo constitucional, à cabeça do maior partido no Parlamento, embora sem maioria absoluta (CALLAGHAN, 1987, p. 363-364).

E conclui:

Ao longo de todo este período, foi afortunado que estes acontecimentos coincidissem com as últimas etapas da negociação de um tratado sobre segurança e cooperação europeia. Um objectivo primordial da política

soviética era a sua conclusão com êxito e quando a sua liderança percebeu que uma tentativa de tomada do poder pelos comunistas em Portugal iria pôr em perigo tanto o Acordo de Helsínquia como a própria *détente*, Brejnev recusou-se a pagar a factura (CALLAGHAN, 1987, p. 364).

É muito interessante verificar a coincidência temporal destas conversações em Helsínquia envolvendo Wilson, Callaghan, Brejnev e também Costa Gomes e a mudança de atitude do PCP em relação à esquerda militar, que vai deixar cair, e ao Grupo dos Nove, com quem pretende estabelecer 'pontes', impulsionada por Cunhal no famoso Comité Central do PCP de pouco mais de uma semana depois, a 10 de agosto de 1975, em Alhandra.

Raquel Varela, cuja tese aborda a política do PCP na Revolução dos Cravos, escreve que «Cunhal pede ao CC [de 10 de Agosto] que deixe aos órgãos executivos espaço para decidir e 'conservar margem de iniciativa, inclusivamente de negociações' num eventual golpe militar vindo de sectores moderados do MFA e do PS ou de uma situação em que este sector ganhe a iniciativa política» (VARELA, 2011, p. 286).

«Isto significa a hipótese», afirma Cunhal nesse CC, «de certas pontes com forças ou elementos que estão colocados hoje num sector que contraria o processo. Isto ao nível civil e ao nível militar».

O risco a nosso ver, além doutros, é que o Partido seja lançado à confrontação política não apenas com as forças reaccionárias de direita, mas com todas essas forças que aparecem com a pretensão de ser uma terceira força como certos sectores militares e certos sectores do PS. O perigo é que o Partido seja lançado na confrontação política, mas que depois seja abandonado no terreno militar por alguns que no momento podem incitar a essa confrontação política. E acontece mesmo que certa parte militar, que podemos ter como progressista, se volte contra o partido ou deixe o partido isolado¹³.

No informe ao Comité Central de 10 de agosto de 1975, «o líder comunista admite ainda que sem estar resolvida a questão militar, o V Governo era um Governo falhado à partida, que iria fragilizar o PCP: 'Todo o esquema

¹³ «Intervenção na reunião plenária do Comité Central do PCP», 10 de agosto de 1975. In: Cunhal (1976, p. 156-157).

das forças conservadoras e reaccionárias era mostrar este Governo como o Governo dos comunistas, sem apoio militar e deixá-lo cair depois. O fracasso deste Governo seria o fracasso do Partido Comunista, que seria arrastado nesta derrota com todas as suas consequências» (VARELA, 2011, p. 287). As partes do informe em que Cunhal vaticina a queda do V Governo – que tinha tomado posse dois dias antes! – e caracteriza as divisões no MFA não são publicadas então, sendo-o apenas mais tarde¹⁴.

Também Willy Brandt evoca as pressões junto de Brejnev para impor moderação contra as pretensões golpistas que atribui ao PCP:

No Outono daquele ano [1974] estive em Lisboa e vi murchar os cravos que haviam simbolizado a Revolução das Flores; os dirigentes do Partido Comunista estavam prestes a apoderar-se do poder, desalojando a democracia tão recentemente adquirida.

Achei que os acontecimentos em Portugal eram alarmantes (...). A situação poderia ameaçar as mudanças necessárias em Espanha e mesmo provocar uma crise internacional. Pareceu-me que teria havido um erro de cálculo dos Soviéticos, sobretudo porque os Americanos davam sinais muito dúbios. O secretário de Estado Kissinger temia uma aliança entre oficiais socialistas revolucionários e os aparentemente moderados comunistas e concluíra que a Itália e outros países poderiam tornar-se presa de ilusões, com consequências ameaçadoras. Via um perigo iminente de toda a Europa do Sul se tornar 'marxista'. (...)

No princípio do Verão de 1975 fui a Moscovo e avisei Brejnev sobre como um erro de julgamento a propósito da situação no Sul da Europa poderia ser fatal. Entreguei-lhe uma carta de Mário Soares e procurei explicar-lhe o tipo de tensão que a liderança soviética poria nas relações Leste-Oeste se pensasse que poderia meter o pé na costa ocidental da Península Ibérica. Neste caso foi mais fácil levar os Russos a pensarem duas vezes do que demover o conselheiro do Presidente em Washington da sua ideia fixa. No Verão desse ano, por altura da conferência de Helsínquia, Bruno Kreisky contou-me como, no círculo de Kissinger, o que se dizia era que todos os esforços em prol da democracia portuguesa eram vãos e que Soares podia ser considerado uma espécie de Kerensky¹⁵. Numa conferência em Estocolmo

¹⁴ São omitidas na resolução do CC publicada na edição do *Avante!* de 11 de agosto de 1975, só sendo publicadas no livro de Cunhal (1976).

¹⁵ As posições dos Estados Unidos sobre Portugal durante o período revolucionário de 1974-75 *and beyond*, com as divergências entre Kissinger e Carlucci, que tinha uma abordagem mais próxima da da social democracia europeia, são exaustivamente tratadas em Gomes e Sá (2008).

entre chefes de Governo e dirigentes de partidos amigos, sugeri a formação de um comité para a defesa da democracia em Portugal, e propus-me ser o seu presidente. Sem esse tipo de apoio internacional, a tentativa de *putsch* de Novembro de 1975 em Lisboa não se teria esvaziado tão facilmente (BRANDT, 1992, p. 316-317).

O empenho dos dirigentes europeus, e nomeadamente de trabalhistas (e conservadores¹⁶) britânicos e social-democratas alemães, para promover uma democracia pluralista ao estilo europeu ocidental em Portugal durante o período revolucionário de 1974-75 é notório. Porém, a associação entre o estabelecimento e o fortalecimento de um regime democrático capitalista de estilo ocidental e a integração nas Comunidades Europeias só poderia ser feita, na prática, a partir do momento em que houvesse em Portugal um governo que se pronunciasse claramente por essa opção. Isso só aconteceu, como já vimos, com o programa do I Governo Constitucional, que tomou posse em 23 de julho de 1976. O que não quer dizer que os avanços nesse sentido não fossem feitos desde antes, com os partidários dessa opção no espectro político português e com o sector do MFA mais sensível a essa opção.

Em 27 de junho de 1975, Melo Antunes, então ministro dos Negócios Estrangeiros do IV Governo Provisório e membro do Conselho da Revolução, deslocou-se a Londres a convite do seu homólogo James Callaghan, onde se encontrou com este e com o primeiro-ministro Harold Wilson. Callaghan mostrou-se preocupado por achar que os «elementos antidemocráticos» do MFA e o Partido Comunista pareciam estar a tomar a dianteira. Melo Antunes, segundo Callaghan, ter-lhe-ia respondido que era verdade que estes «faziam muito barulho, mas havia uma maioria no MFA que se recusava a aceitar um regime comunista». E que «na verdade, o MFA apoiava uma política socialista

¹⁶ Além do entendimento de Margaret Thatcher sobre esta questão, a que já fizemos referência, James Callaghan conta nas suas memórias ter pedido a Tom McNally – hoje liberal democrata e ministro da Justiça do Governo liderado por David Cameron, mas na altura um destacado dirigente trabalhista – que contactasse a seu pedido a sede central do Partido Conservador «e os encorajasse a estabelecer laços com outros políticos democratas em Portugal» (CALLAGHAN, 1987, p. 361).

dentro de um sistema pluralista de partidos, com um papel muito importante do sector privado» (CALLAGHAN, 1987, p. 363).

Callaghan ficou «muito bem impressionado». Um dos pontos da agenda do encontro abordou as propostas da Comissão Europeia para alargar o Acordo de Comércio Livre entre a CEE e Portugal de 1972. No documento do Foreign Office¹⁷ preparatório da reunião, fazia-se um balanço da relação de Portugal com a CEE desde o 25 de abril de 1974 que reflectia o atraso da discussão:

Pouco depois da mudança de governo em Portugal em 1974, os Portugueses tornaram claro que queriam mudar a sua relação com a Comunidade. Contudo, só em Julho é que foram capazes de apresentar os seus primeiros esboços de ideias e precisaram de até Fevereiro ou Março deste ano para que essas ideias se traduzissem em pedidos suficientemente precisos para poderem ser devidamente considerados pela Comunidade. Porém, numa reunião da Comissão Portugal/CEE em 23 de Maio, foi acordado que havia bases para uma negociação e foi pedido à Comissão que apresentasse propostas específicas.¹⁸

Pouco depois, durante a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, em Helsínquia, a 1º de agosto de 1975, o primeiro-ministro britânico, Harold Wilson, e o seu ministro dos Estrangeiros, James Callaghan, encontraram-se com o Presidente Costa Gomes na capital finlandesa. Aí, Wilson garantiu a Costa Gomes que «todos os Nove [no Conselho Europeu de Bruxelas em 16/17 de Julho] tinham sido unânimes em associar uma cooperação económica e financeira mais próxima entre a CEE e Portugal ao desenvolvimento de uma democracia pluralista em Portugal»¹⁹.

¹⁷ Desde 1968, o seu nome oficial é Foreign and Commonwealth Office (FCO).

¹⁸ The National Archives of the UK (TNA): Public Record Office (PRO) PREM 16/602, 1975. Record of a meeting between the Prime Minister and the Portuguese Foreign Minister at 10 Downing Street on Friday 27 June at 2.30 p.m.

¹⁹ Record of a meeting between Mr. Wilson and the President Costa Gomes at the Finlandia Hall, Helsinki, on 1 August 1975 at 12.30 p.m. Foreign and Commonwealth Office (In: KEITH; SALMON, 2006, p. 471).

Em 29 de agosto, em contactos com Bona e com outros governos das Comunidades Europeias, Callaghan procurava obter o seu acordo para uma ajuda económica de urgência a Portugal «se os moderados assumissem o poder». E sugeria que «se poderia dizer aos Portugueses que se houvesse em Portugal um governo que os eleitorados dos países da CEE pudessem ver como democrático e predisposto a um desenvolvimento da cooperação com a CEE, a ajuda da Comunidade poderia e seria disponibilizada». Estariam dispostos a disponibilizar de imediato 100 milhões de unidades de conta, dedicadas a projectos acordados entre Portugal e o BEI (Banco Europeu de Investimentos).²⁰

Após o 25 de novembro de 1975, que o Foreign Office conclui não ter sido instigado pelo PCP, comentando igualmente que «os Russos devem ter aconselhado o PCP a não fomentar nenhuma insurreição», o Governo britânico recomenda à embaixada em Lisboa «paciência com o Governo Português²¹ nos próximos meses», acompanhada, numa ou noutra ocasião, de alguma *«friendly pressure»*.²²

Assim, sob o olhar «paciente» da Europa Comunitária, chegamos à preparação das eleições legislativas de abril de 1976, marcadas pela campanha da «Europa Connosco» lançada pelo Partido Socialista, cujo ponto alto ocorreu em 13 e 14 de março, com a presença de todos os principais líderes e chefes de governo socialistas europeus no Porto, congregados por um Mário Soares que emergia como o principal protagonista civil da vitória de 25 de novembro sobre

²⁰ Telegramas n.º 434 e 435 para Bona, 29 de agosto de 1975. Submission from Mr. Baker to Mr. Goodison, Foreign and Commonwealth Office (In: KEITH; SALMON, 2006, p. 481-482).

²¹ O VI Governo Provisório, chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo e que integrava, além de ministros do MFA afectos ao Grupo dos Nove, como Melo Antunes, Vítor Alves e Vítor Crespo, seis ministros do PS, dois do PPD e um do PCP.

²² «Letter from Mr. Goodison to Mr. Ure (Lisbon), FCO, 12 de janeiro de 1976. Foreign and Commonwealth Office (In: KEITH; SALMON, 2006, p. 500-501). Mr. Goodison é Sir Alan Clowes Goodison, que na altura chefiava o Southern European Department do FCO.

o «anarcopolismo»²³. Até o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, reconheceria, segundo Rui Mateus, num encontro no Departamento de Estado, em Washington, em 26 de janeiro de 1976, ter-se enganado em relação a ele quando o classificara de ‘Kerensky’ português (MATEUS, 1996, p. 103).

Fernando Reino, que fora assessor diplomático de Costa Gomes e, em março de 1976, passou a presidir a Comissão de Re-estruturação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, avança a hipótese de a iniciativa do PS ter sido precipitada pela concorrência do PPD, já que Francisco Sá Carneiro teria tentado uma «grande iniciativa no sentido da adesão» com o objectivo de «ultrapassar o PS e ganhar credenciais para o PPD integrar a Internacional Socialista» (In: PINTO; TEIXEIRA, 207, p.. 118).

Após a vitória do PS em 25 de abril de 1976 e a inscrição no programa do I Governo Constitucional do objectivo de negociar a adesão às Comunidades Europeias «em cerca de três anos», Medeiros Ferreira, o novo ministro dos Negócios Estrangeiros, anuncia em setembro a intenção de Portugal pedir a adesão às CE. Inicia-se então uma fase de sondagens, preparatória da ronda que Mário Soares haveria de fazer, já em fevereiro e março de 1977, pelas capitais dos nove países da CE.

No dia 14 de fevereiro de 1977 iniciou-se a ronda de Soares pelas capitais europeias. Começou por Londres, que detinha então a presidência rotativa das CE e apadrinharia a adesão de Portugal. O discurso de James Callaghan no jantar dessa noite, em Downing Street, era inequívoco quanto ao apoio britânico:

[o Governo português] decidiu colocar Portugal na rota de um grande empreendimento histórico, nada menos do que fazer parte da Comunidade Económica Europeia. Embarcaram neste caminho com entusiasmo e determinação e nós, neste país, damos as boas-vindas à vossa decisão

²³ Expressão cunhada por Soares.

acreditando firmemente que terão êxito na vossa missão e assim proporcionarão maior estabilidade à democracia em Portugal e à Europa Ocidental. Sabemos que terão de ser vencidas muitas dificuldades de ordem prática para construir o futuro de Portugal na Comunidade. Mas os vossos esforços terão o total apoio do Governo britânico e ansiamos pelo dia em que Portugal irá ocupar o seu lugar de pleno direito na Comunidade Europeia (MATEUS, 1996, p. 143).

De Londres, Soares seguiria a 15 para Dublin, depois para Copenhaga e Roma. A 19 regressaria a Lisboa. Em 6 de março faria uma segunda ronda, começando por Paris, depois Bona, de seguida Haia e finalmente Luxemburgo. O *tour* terminaria a 11-12 de março em Bruxelas²⁴.

Em cada uma das duas partes desta ronda, Mário Soares e Medeiros Ferreira tinham um ponto de apoio forte: Reino Unido na ronda inicial; República Federal Alemã na segunda ronda. E um ponto fraco: Itália na primeira; França na segunda. Já bastante foi relatado sobre a posição britânica. Quanto à Alemanha, citemos António José Telo:

a RFA era muito sensível à evolução da Península, não só porque mantinha especiais laços com Portugal desde longa data²⁵ e tinha fortes interesses na sua economia, mas porque receava que um conflito entre as superpotências à volta de Portugal viesse destruir o clima de desanuviamento e entendimento que era para ela essencial na Europa. Recordemos nomeadamente que a revolução portuguesa coincide com a preparação da conferência sobre segurança e cooperação europeias em Helsínquia, onde tanto a URSS como a RFA apostavam fortemente, com reservas evidentes dos EUA. Não é assim para admirar que a decisão do governo e das instituições da RFA tenha sido desde muito cedo a de se empenharem no processo português no sentido de ajudar à vitória das forças democráticas, de modo a despoletar um dos mais perigosos focos de conflito potencial na Europa, que poderia pôr em causa todo o clima de onde saiu a 'ostpolitik' e a OSCE (TELO, 1998, p. 279-280).

As posições da França e da Itália eram as menos favoráveis à adesão de Portugal (e de Espanha e Grécia). Um artigo do *L'Express*, de agosto de 1977, explicava o porquê:

²⁴ The National Archives of the UK: Public Record Office. FCO 98/239. Tour programme of Dr Soares and Dr Ferreira.

²⁵ Era o principal parceiro comercial e financeiro de Portugal desde os anos 60, conforme nota de A. J. Telo (1998).

França e Itália fazem contas, o entusiasmo [pela adesão de Portugal, Espanha e Grécia] esmorece. A Espanha, em particular, parece um concorrente temível», escrevia Alain Sousse no influente semanário. E prosseguia: «Espanha é hoje suficientemente forte em certos sectores – siderurgia, electrodomésticos, calçado, brinquedos, têxteis – para inquietar a França. Não é por acaso que no ano passado a balança comercial entre os dois países se tornou desfavorável à França. O défice atingiu 591 milhões de francos, quando em 1975 ainda havia um excedente de 531 milhões. As exportações espanholas aumentam constantemente (13,6% em 1975, 14,5% em 1976), enquanto as vendas francesas diminuem (9,8% em 1971, 8,3% em 1975, 7,8% em 1976).

Isto tivera uma tradução política em dois campos normalmente opostos, gaullistas conservadores e comunistas:

Em França, o *dossier* espanhol provocou, em Julho, uma rara aproximação entre Jacques Chirac e Georges Marchais. A 26 de Julho, uma declaração do Partido Comunista dava a conhecer a ‘oposição resoluto’ do PCF à entrada de Portugal, Grécia e Espanha nas Comunidades Económicas Europeias. Porque esta ‘arruinaria uma parte importante do campesinato, agravaria ainda mais a situação do emprego em numerosas regiões já vítimas de uma grave crise subsequente aos golpes infligidos pelas importações do Mercado Comum’. No dia seguinte, Chirac esteve em Caen diante de 6 mil pessoas. Expôs a política agrícola do seu movimento e declarou nomeadamente: ‘Está fora de causa que possamos admitir a possibilidade de os produtores agrícolas espanhóis entrarem no Mercado Comum (SOUSKE, 8 ago. 1977).

Assim, chegamos ao dia 28 de março de 1977. Como anunciado, Portugal apresenta a David Owen, ministros dos Estrangeiros britânico e presidente em exercício do Conselho, o seu pedido formal de adesão às Comunidades Europeias: à CEE, à CECA e à Euratom. O texto das três cartas é idêntico:

Em nome do Governo da República Portuguesa e em conformidade com a posição tomada pela Assembleia da República, tenho a honra de informar Vossa Excelência que, pela presente, Portugal solicita a adesão à Comunidade Económica Europeia, em conformidade com as disposições do artigo 237 do Tratado de Roma que institui a Comunidade Económica Europeia.²⁶

²⁶ Archives historiques du Conseil de l'Union européenne, Bruxelles, Rue de la Loi 175. Adhésion du Portugal, 07.151 (469): 07 CEE. Dossiers 565-578, Boîte 69. Demande d'adhésion à la CEE formulée le 28/3/1977 par le Portugal en vertu de l'article 237 du traité CEE, Dossier n° 569.

Estava dado um passo de gigante. Nos anos seguintes, Portugal teria de demonstrar que o passo não era maior que a perna.

Conclusão

Portugal apresenta o seu pedido de adesão às Comunidades Europeias por razões sobretudo políticas, embora as económicas não possam – nem devam – ser subvalorizadas. Essa orientação é explicitada nos princípios fundamentais da política externa do País, no programa do I Governo Constitucional. Aí se diz:

A Revolução de 25 de Abril veio indiscutivelmente retirar Portugal do isolamento internacional em que se encontrava, mercê da política colonialista do regime anterior. De um momento para o outro Portugal abriu-se ao Mundo numa autêntica política ecuménica, favorecida pela descolonização e pela democratização.» Porém, «Apareceram então posições alternativas todas elas mais aparentes que reais, e conducentes a novas formas de isolamento de Portugal.

As declarações contra a Europa surgem então vindas de vários quadrantes dando continuidade à linha de força antieuropeia componente tradicional do espectro ideológico salazarista. Os ataques à Europa tinham uma função antidemocrática para uso interno.» Mas: «Com o encerramento do ciclo do império, com a subsequente redução dos interesses portugueses em África, com o fluxo migratório, com a multiplicação dos laços económicos com os países do nosso continente, com a nossa presença na EFTA, acentuou-se decisivamente a componente europeia no enquadramento da política externa portuguesa. A vocação europeia de Portugal é indesmentível e, o que mais é, irrecusável. Urge assim encarar de frente o problema da adesão de Portugal às diferentes instituições europeias, quer no campo político, quer no campo económico e social.²⁷

Também e sobretudo para as Comunidades Europeias as razões para quererem acolher Portugal são eminentemente políticas. Tratava-se de consolidar um regime democrático de tipo ocidental no País, bem como em

²⁷ Programa do I Governo Constitucional. III – Objectivos e políticas do Governo G) Afirmar uma política de independência nacional e de cooperação internacional a favor da paz. 2 - Política externa. 2.2 - Relações multilaterais. In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC01/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>. Consultado: 30 maio. 2011.

Espanha e na Grécia, além de prevenir que os focos de instabilidade política nestes países – que em Portugal se traduzira numa revolução – tivessem um efeito de contágio sobre França e Itália. Na declaração do Conselho Europeu de 8 de fevereiro de 1977 que analisa o pedido de adesão de Portugal que iria materializar-se dali a pouco mais de um mês, em 28 de março, diz-se explicitamente que «Os Estados-membros alegrar-se-iam com o alinhamento político na Europa do Portugal democrático» (CASTRO, 2010., p. 88). Isto apesar dos condicionalismos económicos que levam o Conselho a incluir na mesma declaração que «o processo previsto pelo Tratado de Roma exige, antes da abertura de negociações para a adesão, a procura e a definição de soluções satisfatórias para o conjunto de problemas económicos que essa adesão põe a Portugal» (CASTRO, 2010., p. 88).

Resumindo, e usando palavras de Ernâni Lopes: «Do lado comunitário, sobrepujava o objectivo imediato de estabilizar alguma forma de Estado democrático no canto sudoeste da Europa, desse modo impedindo qualquer tipo de futura possível situação de enquadramento geopolítico entre, a Oriente, a pressão estratégica da União Soviética (bem conhecida e, de facto, entretanto já controlada) e, a Ocidente, uma situação de descontrolo e desestabilização económica, social e política na Península Ibérica, sob influência (no limite, controlo) comunista» (LOPES, 2010, p. 28).

No processo negocial, os principais aliados de Portugal foram os Governos de Londres e Bona, então nas mãos de trabalhistas e social-democratas. A data de 28 março de 1977, escolhida para apresentar o pedido formal de adesão, teve também em conta o fato de durante esse primeiro semestre de 1977 a presidência rotativa das Comunidades estar nas mãos do Reino Unido, que apadrinha o pedido de adesão português. Da França e Itália vieram as maiores reticências, não tanto por causa de Portugal mas porque associada à adesão portuguesa vinha a do nosso parceiro peninsular, cuja

agricultura (e não só) era um concorrente potencial muito forte, podendo também ter um impacto negativo forte na redistribuição dos fundos da PAC.

Referências

BRANDT, Willy. *My Life in Politics*. Trad. Erinnerungen. London: Hamish Hamilton, 1992.

CALLAGHAN, James. *Time and Chance*. Glasgow: William Collins & Co, 1987.

CANAS, Vitalino. O PS: que partido é? In: CANAS, Vitalino (org.) *O Partido Socialista e a Democracia*. Oeiras: Celta, 2005.

CASTRO, Francisco Niny. *O Pedido de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias*. Aspectos Político-Diplomáticos. Cascais: Príncipeia, 2010.

CUNHAL, Álvaro. *A Crise Político Militar*. Discursos Políticos 5. Lisboa: Edições Avante!, 1976.

DUARTE SILVA, António. Das colónias às províncias ultramarinas. In: PAÇO, António Simões (coord). *Os Anos de Salazar*. Extingue-se o 'Império Colonial', nascem as 'Províncias Ultramarinas'. Vol. 9. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2007. p. 7-27.

FERREIRA, José Medeiros. Portugal em Transe (1974-1985). In: MATTOSO, José (dir). *História de Portugal*. Vol. 8. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.

GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira. *Carlucci vs. Kissinger*. Os EUA e a Revolução Portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

KEIT, Hamilton; SALMON, Patrick (editors). *The Southern Flank in Crisis 1973-1976*. Documents on British Policy Overseas, Series III, Vol. V. London and New York: Routledge, 2006.

LOPES, Ernâni. Sobre o processo negocial de adesão. *Europa. Novas Fronteiras*. Revista do Centro de Informação Europeia Jacques Delors. Lisboa, n. 26/27, p. 25-30, Jan./Dez. 2010.

MATEUS, Rui. *Contos Proibidos*. Memórias de um PS desconhecido. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1996.

PALMER, John .Getting ready for EEC. *The Guardian*. London, 14 nov. 1978.

PINTO, António Costa; TEIXEIRA, Nuno Severiano (org.). *Portugal e a Integração Europeia – 1945-1986: a Perspectiva dos Actores*. Lisboa: Temas e Debates, 2007.

PORTUGAL E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1974-1976). *I Curso Livre de História Contemporânea*. Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998. Organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Coordenação científica de Fernando Rosas. Lisboa: Edições Colibri/FMS/IHC, 1998.

PORTUGAL. Programa do I Governo Constitucional. In: <http://www.portugal.gov.pt/pt/GC01/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>. Consultado: 30 maio. 2011.

SABLOSKY, Juliet. A actividade partidária transnacional e as relações de Portugal com as Comunidades Europeias. *Análise Social*. Lisboa, vol. xxxi (138), n. 4, p. 1007-1020, 1996.

SASSOON, Donald. *One Hundred Years of Socialism*. The West European Left in the Twentieth Century. London: Tauris, 2010.

SOARES, Mário. *A Europa Conosco*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1976.

SOARES, Mário. *Democratização e Descolonização*. Dez meses no Governo Provisório. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1975.

SOUSKE, Alain. Marché commun: la question espagnole. *L'Express*. Paris, 8 Ago. 1977.

TELO, António José. A Revolução e a Posição de Portugal no Mundo. In: PORTUGAL E A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA (1974-1976). *I Curso Livre de História Contemporânea*. Lisboa, 23 a 28 de Novembro de 1998. Organizado por Fundação Mário Soares e Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. Coordenação científica de Fernando Rosas. Lisboa: Edições Colibri/FMS/IHC, 1998.

THATCHER, Margaret. *The Downing Street Years*. London: Harper Collins, 1993.

THE NATIONAL ARCHIVES OF THE UK. Foreign and Commonwealth Office (FCO).

THE NATIONAL ARCHIVES OF THE UK. Prime Minister's Office (PREM).

VARELA, Raquel. *A História do PCP na Revolução dos Cravos*. Lisboa: Bertrand, 2011.